

aprova
concursos

PC-RJ

Inspetor de Polícia

Polícia Civil do
Estado do
Rio de Janeiro



Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos em português.

Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e verbos.

Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação; concordância nominal e verbal; transitividade e regência de nomes e verbos; padrões gerais de colocação pronominal no português; mecanismos de coesão textual.

Ortografia.

Acentuação gráfica.

Emprego do sinal indicativo de crase.

Pontuação.

Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo; variação linguística: norma culta.

Observação: os itens deste programa serão considerados sob o ponto de vista textual, ou seja, deverão ser estudados sob o foco de sua participação na estruturação significativa dos textos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

Componentes de um computador: processadores, memória e periféricos mais comuns; dispositivos de armazenagem de dados; propriedades e características.

Arquivos digitais: documentos, planilhas, imagens, sons, vídeos; principais padrões e características.

Arquivos PDF.

Conhecimentos sobre sistema operacional Windows 10: conceitos gerais, funcionamento, principais aplicativos e ferramentas, comandos e configurações.

Editores de texto: recursos e funções de formatação e editoração, buscas e comparações, recursos especiais.

Corretores ortográficos.

Manipulação de arquivos: leitura e gravação; controle de alterações; uso de senhas para proteção.

Formatos para gravação.

Recursos para impressão.

Planilhas: funções de formatação; utilização de funções matemáticas, de busca, e outras de uso geral; criação e manipulação de fórmulas; gráficos mais comuns.

Manipulação de arquivos: leitura e gravação.

Recursos para impressão. Importação e exportação de dados.

Proteção de dados e planilhas. Internet: conceitos gerais e funcionamento.

Endereçamento de recursos.

Navegação segura: cuidados no uso da Internet; ameaças; uso de senhas e criptografia; tokens e outros dispositivos de segurança; senhas fracas e fortes.

Navegadores (browsers) e suas principais funções.

Sites e links; buscas; salva de páginas.

Google Chrome.

Firefox.

Internet Explorer.

Cache e cookies.

E-mail: utilização, caixas de entrada, endereços, cópias e outras funcionalidades.
Webmail. Transferência de arquivos e dados: upload, download, banda, velocidades de transmissão.

Pacotes de escritório: MS OFFICE 2010 BR (ou superior) e Libre Office 4.x (ou superior).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direito Constitucional: natureza, conceito e objeto.

Poder Constituinte.

Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade.

Aplicabilidade das normas constitucionais.

Normas de eficácia plena, contida e limitada.

Normas programáticas.

Regimes políticos e formas de governo.

A repartição de competência na Federação.

Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, da nacionalidade, direitos políticos e dos partidos políticos.

Organização político-administrativa da União, dos Estados Federados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Da Administração Pública.

Do Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência.

Do Poder Executivo: forma e sistema de governo, Chefia de Estado e Chefia de Governo, atribuições e responsabilidades do Presidente da República.

Do Poder Judiciário: fundamento, atribuições e garantias; Súmulas Vinculantes e Repercussão Geral.

Das Funções Essenciais à Justiça.

Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: do Estado de Defesa, do Estado de Sítio, das Forças Armadas, da Segurança Pública.

Da Ordem Social: base e objetivos da ordem social, da seguridade social, da educação, da cultura, do desporto, da ciência e tecnologia, da comunicação social, do meio ambiente, da família, da criança, do adolescente, do idoso e dos índios.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Direito Administrativo: conceito, fontes, princípios. Conceito de Estado, elementos, poderes e organização.

Governo e Administração Pública: conceitos.

Administração Pública: natureza, elementos, poderes e organização, natureza, fins e princípios; Administração direta e indireta; planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle. Regime jurídico-administrativo. Conceito. Princípios expressos e implícitos da administração pública.

Poderes administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Do uso e do abuso do poder.

Atos administrativos: conceito e requisitos; atributos; invalidação; classificação; espécies.

Agentes públicos: espécies e classificação; direitos, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e funções públicas; regime jurídico único: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; diretos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; Delegação: concessão, permissão, autorização.

Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo.

Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado.

Licitação. Princípios. Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Critérios de julgamento. Procedimento.

Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009).

Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

Regime jurídico peculiar aos funcionários civis do serviço policial do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 218/1975).

Regulamento do Estatuto dos Policiais Civis do estado do Rio de Janeiro (aprovado pelo Decreto nº 3.044/1980).

Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 220/1975).

Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro (aprovado pelo Decreto nº 2.479/1979).

DIREITO PENAL E LEIS ESPECIAIS

Princípios Constitucionais do Direito Penal.

A Lei Penal no tempo.

A Lei Penal no espaço.

Interpretação e integração da lei penal.

Analogia.

Teoria Geral do Crime e elementos constitutivos.

Classificação das infrações penais.

Sujeito ativo e Sujeito passivo da Infração Penal.

Objeto Jurídico e Objeto Material.

Fato Típico.

Dolo e Culpa.

Conflito Aparente de Normas Penais.

Da consumação e da Tentativa.

Desistência voluntária e Arrependimento eficaz.

Arrependimento posterior.

Crime impossível.

Illicitude e suas causas de exclusão.

Culpabilidade e suas causas de exclusão.

Erro de tipo e Erro de proibição.

Concurso de Pessoas.

Penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa.

Aplicação da pena.

Concurso de Crimes.

Ação Penal.

Punibilidade e suas causas de extinção.

Dos crimes contra a pessoa.

Dos crimes contra o patrimônio.

Dos crimes contra a propriedade imaterial.

Dos crimes contra a organização do trabalho.

Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.

Dos crimes contra a dignidade Sexual. Dos crimes contra a família.

Dos crimes contra a incolumidade pública.

Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública.

Dos crimes contra a administração pública.

Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003).

Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990).

Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989).

Abuso de Autoridade (Lei nº 13.689/2019).

Crimes de Tortura (Lei nº 9.455/1997).

Crimes Previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Crimes no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).

Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013).

Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/1996).

Crimes previstos no Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965).

Crimes de Trânsito (Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503/1997).

Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995 – Capítulo III).

Crimes Contra a Ordem Tributária, a Economia e as Relações de Consumo (Lei nº 8.137/1990).

Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher “Lei Maria da Penha” (Lei nº 11.340/2006).

Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Lei nº 11.343/2006).

Crimes contra as Relações de Consumo (Título II da Lei nº 8.078/1990).

Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941).

Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente (Lei nº 9.605/1998).

Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei 9.613/1998).
Dos crimes previstos no Estatuto da Pessoa da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Sistemas processuais.

Da Segurança Pública (Constituição Federal/1988).

Da Investigação Criminal: a. violência doméstica e familiar contra a mulher; atendimento policial e pericial especializado; informação de direitos e serviços ininterruptos; Programa Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica (Lei nº 11.340/2006, Lei nº 13.505/2017, Lei nº 13.894/2019 e Lei nº 14.188/2021); b. identificação criminal e coleta do perfil genético (Lei nº 12.037/2009 e Lei nº 12.654/2012); c. requisição de dados, informações cadastrais e disponibilização de meios técnicos (Lei nº 1.344/2016); Da coleta de dados e informações de natureza não criminal para assuntos de interesse privado (Lei nº 13.342/2017).

Do inquérito policial: conceito, natureza jurídica, características, finalidade, prazo, valor probatório, atribuição para presidência, sigilo (Lei nº 13.245/2016).

Da ação penal.

Espécies.

Da jurisdição e competência.

Da prova: a. Da Cadeia de Custódia (Lei nº 13.964/2019). b. Da Colaboração Premiada (Lei nº 12.850/2013).

Do Juiz, do Ministério Público, do acusado e seu defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça. Da Prisão, Das Medidas Cautelares e Da Liberdade Provisória: a. Das medidas cautelares diversas da prisão. b. Do afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida - violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006, Lei nº 13.827/2017 e Lei nº 14.188/2021).

Banco de dados para registro dos mandados de prisão – Conselho Nacional de Justiça (Lei nº 12.403/2011) e Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 2.0 (Resolução CNJ nº 251/2019).

Da prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e Lei nº 8.072/1990).

Da duração do mandado de prisão (Lei nº 13.869/2019).

Da audiência de custódia.

Do emprego de algemas (Lei nº 13.434/2007 e Lei nº 7.210/1984).

Das citações e intimações.

Das nulidades.

Do processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.

Procedimentos dos Juizados Especiais Criminais e Termo Circunstanciado (Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001).



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br